



Núcleo de Informação
e Coordenação

26
2


Av. das Nações Unidas, 11.541
7º andar - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo - SP
tel: 55 11 5509 3511
fax: 55 11 5509 3512
www.nic.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DO
FÓRUM CENTRAL DE SÃO PAULO / SP**

**PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4
AÇÃO DE RITO ORDINÁRIO**

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.br**, já qualificado, por intermédio de sua
advogada e bastante procuradora, que a presente subscreve, nos autos da **AÇÃO
DE RITO ORDINÁRIO** que move em face de **RONALDO CARDONETTI e
OUTROS**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao
disposto no art. 526, do Código de Processo Civil, **requer a juntada da inclusa
petição de agravo de instrumento interposto contra a decisão proferida às fls.
251 destes autos.**

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 28 de novembro de 2006.


RENATA PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817

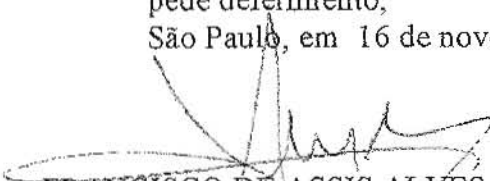
IMP. 2 28420061406 21CV 000.0.2019808A

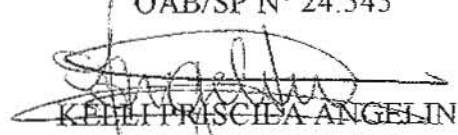
esse documento nos autos;

- comprovante do pagamento das custas e do retorno (doc.06);
- cópia da petição inicial (doc. 07);
- outros documentos juntados na exordial (doc. 08).

Por fim, em anexo, seguem a exposição do fato e do direito e as razões do pedido de reforma da decisão, para o fim de que se dê regular processamento a este recurso.

Termos em que,
pede deferimento,
São Paulo, em 16 de novembro de 2006.


FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545


KELLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817



Ministério da Justiça
e Consumidores

269
✓
Av. das Nações Unidas, 11.541
C. Jardim - Brooklin Novo
04578-909 - São Paulo - SP
tel: 11 5509 3511
fax: 11 5509 3512
crem.nic.br

EXPOSIÇÃO DO FATO E DO DIREITO E AS RAZÕES DO PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA

AGRAVANTE: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO
PONTO BR-NIC.br

AGRAVADOS:

RONALDO CARDONETTI, JAN STRUIVING e JORNAL FOLHA DE
BACACHERI

Nobres Julgadores,

O agravante ingressou com AÇÃO
CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA
ANTECIPADA c.c. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS requerendo em
sede de antecipação de tutela, o seguinte (doc. 07):

1) *"A concessão da antecipação de tutela, inaudita altera pars, com
o objetivo de:*

*a) determinar aos réus JAN STRUIVING e RONALDO
CARDONETTI que cessem, de imediato, qualquer forma de
divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias
afirmações assacadas contra o NIC.br contidas nos sites
"interjuris.com.br" e "abusando.org", sob pena de incorrer em
multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada um deles até final
decisão;*

*b) determinar ao réu JORNAL FOLHA DE BACACHERI que
interrompa qualquer forma de divulgação das difamações contidas
no item IV dessa peça, através do domínio de sua titularidade*

"interjuris.com.br";

c) *se deferidos os pedidos descritos nos itens "a e b", e caso os réus os descumpram, requer, ainda, a expedição de Carta Rogatória ao provedor de hospedagem dos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", California Regional Intranet, Inc., para que indisponibilizem o conteúdo divulgado nestes sites."*

Distribuída a referida ação, a tutela antecipada requerida, na exordial, foi indeferida pela Douta Magistrada *a quo* (doc. 03), nos seguintes termos:

"Por ora, não se evidencia a existência de dano irreparável ou de difícil reparação, razão pela qual indefiro a antecipação dos efeitos da tutela, sem prejuízo de eventual análise após o estabelecimento do contraditório."

Após o indeferimento da antecipação de tutela o NIC.br continua a receber e-mails propagados pelos réus da ação original, denegrindo sua imagem, conforme e-mail anexo (doc. 09).

Em decorrência disso, ao NIC.br não resta outra alternativa senão valer-se deste recurso visando a reforma dessa decisão, como, ao adiante se comprova.

1. DOS FATOS OBJETO DA AÇÃO ORIGINAL

O NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC.br veio a saber que através do site www.interjuris.com.br de responsabilidade do agravado JAN STRUIVING e de titularidade da agravada JORNAL FOLHA DE BACACHERI, o agravado JAN STRUIVING vem assacando uma série de difamações contra o agravante, onde noticia que o agravante frauda milionários leilões, extorque os internautas, desvia dinheiro, realiza maracutaias, desaparece e esconde com milhões de reais, ganha ilicitamente R\$ 200 milhões livres de impostos federais, além de outras imputações, conforme comprova documentos acostados à inicial da ação original (doc. 08).

Não obstante, tais difamações também são divulgadas através do endereço www.abusando.org, de titularidade da entidade INTEL ART CORP e de responsabilidade do agravado RONALDO



Associação Nacional de
Interpretação de
Computadores

CARDONETTI

Av. das Nações Unidas, 11.500
Praia de Botafogo, Rio de Janeiro
04578-900 - São Paulo - SP
tel. (011) 5500 3511
fax (011) 5500 3512
www.nic.br

Inconformado com tais fatos, o COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL-CGI.br, órgão que delegou competência ao NIC.br para o exercício das atividades elencadas na Resolução nº 001/2005, que também é citado nas afirmações feitas pelos agravados, promoveu face ao autor das referidas difamações, Sr. Jan Struiving, ação penal privada-queixa crime - Processo nº 2006.70.00.009663-9, que tramita pelo MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Justiça Federal de Curitiba-PR. No entanto, essa ação ainda se encontra em fase instrutória pelo fato de o Sr. Jan Struiving esquivar-se ao seu interrogatório (doc.10).

Além da amplitude de se divulgar tais fatos em um site na rede mundial de computadores internet, essas afirmações tomaram proporção tamanha que foram até objeto de reportagem veiculada no jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, o que demonstra ser de conhecimento público as difamações imputadas pelos réus ao NIC.br.

Se ainda não bastasse todo o estrago causado pelos réus JAN STRUIVING e RONALDO CARDONETTI através das difamações contidas nos sites "interjuris.com.br" e "abusando.org", o réu Jan Struiving ainda envia e-mails que se propagam pela rede mundial de computadores internet, contendo as inverídicas afirmações por ele criadas, conforme comprovam alguns e-mails, por cópia, em anexo (doc. 11).

Cabe alertar que, após o indeferimento da antecipação de tutela, precisamente no dia 15 de novembro de 2006, o NIC.br e mais de 100 (cem) pessoas/entidades receberam e-mail assinado pelo agravado JAN STRUIVING proliferando as difamações objeto da ação original, conforme comprova cópia do e-mail anexo (doc. 09).

Essas difamações foram enviadas para representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da Previdência Social, da Prefeitura do Rio de Janeiro, da Presidência da República, do Ministério Público Federal, Órgãos de Defesa do Consumidor, empresas televisivas e editoriais, além de usuários do sistema de registro brasileiro.

A propagação dessas insanas afirmações denigre a imagem do NIC.br, uma vez que todos aqueles que a recebem ou tomam conhecimento de seu conteúdo acabam por suspeitar da idoneidade do agravante, causando-lhe gravíssima lesão em âmbito mundial, fato este que poderá resultar, inclusive, em prejuízo aos serviços da Internet do Brasil junto à comunidade

internacional. Tudo isso produzido por tresloucado ato dos agravados.

Não resta ao agravante outra alternativa senão se socorrer a esse Egrégio Tribunal, tendo em vista que a única solução justa e legal para o caso presente será a pronta proibição da divulgação das infundadas difamações imputadas ao NIC.Br, seja pela internet, jornal ou qualquer outro meio de divulgação.

Além disso, para mais agravar a honra do NIC .br, o agravante, no citado e-mail -- (doc.09) - o seu remetente solicita àqueles que receberem a mensagem que a repassem a terceiros, nestes devastadores e inconsequentes termos:

"OAS AMIGOS (+/- UNS 100) QUE LEÊM POR CÓPIA OCULTA, SOLICITO QUE REPASSEM ESTE E-MAIL AO MAIOR NÚMERO DE PESSOAS POSSÍVEIS. E ME COPIEM POIS SE CASO EU RECEBER ALGUMA RESPOSTA MANDAREI A TODOS!!!!"

O estrago que essas mensagens e todas as levianas afirmações divulgadas pelos agravados causam ao agravante danos imensuráveis e de difícil, para não se dizer impossível, reparação.

A cada mensagem propagada pelos agravados cada vez mais pessoas terão conhecimento das difamatórias afirmações assacadas contra NIC.br, o agravante, o que levará sua idoneidade e confiabilidade a se tornarem irremediavelmente maculadas, não apenas no Brasil, mas, como já ressaltado, em âmbito mundial, daí, esvaindo seu impecável conceito internacionalmente reconhecido.

2. DO FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO

A repercussão advinda dos desoportunos ataques desferidos pelos agravados contra o agravante, demonstram de modo inequívoco que o agravante já está sofrendo danos mais que de difícil reparação, irreparáveis, daí, plenamente justificada a concessão da tutela antecipada..

Isso se confirma com o fato de a reputação e idoneidade do NIC .br, o agravante, estarem maculada injustamente a cada dia.

Ademais, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ostenta-se no *periculum in mora* previsto no art. 273, I, do Código de Processo Civil, que se encontra presente nos fatos apresentados pelo agravante. Eis que para uma entidade, seja pública ou privada, ser vítima de difamatórias afirmações propagadas a cada dia em âmbito nacional e internacional só lhe causa prejuízos que talvez jamais possam ser reparados. Este é, sem dúvida, o caso que se configura nesta demanda.

Sem que se ponha, de imediato, um fim a esses atos difamatórios insistentemente praticados pelos agravados, estes se mantêm difamando a idoneidade do agravante, fazendo com que os usuários do sistema de registro brasileiro desacreditem na confiabilidade construída e nos serviços por ele prestados, os quais, por sinal, são reconhecidos como um dos melhores do mundo.

Aqui se fala de mais de um milhão de usuários, uma vez que o sistema de registro brasileiro atingiu esse patamar meses atrás, que estão recebendo essas alucinadas acusações.

Uma vez que essas difamações estão a cada dia se propagando pela rede mundial de computadores, a idoneidade do NIC.br pode nunca mais vir a ser restabelecida. Não se pode permitir que os agravados continuem por anos a fio a prejudicar o NIC .br, para apenas ao final, ser-lhes imputada a obrigação de cessar essas falsas imputações.

Com todo respeito, nunca se viu caso como o presente, cujos fatos evidenciam com toda clareza a prova inequívoca que quer o art. 273, do Código de Processo Civil, para a outorga da tutela antecipada. O que está nos autos, de fato, não se admite qualquer discussão, eis que se trata de caso, cuja caracterização da existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação é tão indubitosa que, com todo respeito, não se pode negar o provimento antecipatório pedido através deste recurso.

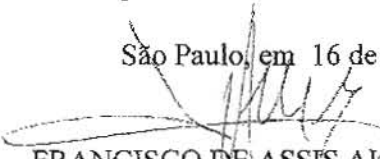
3. DO PEDIDO

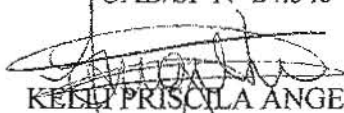
Por todo o exposto, o agravante, NIC .br, requer aos doutíssimos julgadores dessa Colenda Turma, em especial aquele a quem couber relatar este recurso que, na forma prevista no art. 527, inc. III, c.c art. 558, ambos do CPC:

- 274
+
- a- **digne-se deferir, em antecipação de tutela total, a pretensão recursal, comunicando ao digno magistrado *a quo* esta decisão, ou;**
 - b- **atribuir efeito ativo a este agravo;**
 - c- **em uma ou outra das hipóteses acima, seja determinado que, até o julgamento final da ação original, os agravados sejam obrigados a cessarem a divulgação das difamatórias afirmações mencionadas, sob pena de, se não cumprirem tal ordem, incorrerem na multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), cada um deles.**

Termos em que, por justiça,
pede deferimento.

São Paulo, em 16 de novembro de 2006.


FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545


KETLI PRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817